

50 anos da operação Carlota



Por **PEDRO EMMANUEL***

O verdadeiro internacionalismo, mais que um gesto solidário, é uma estratégia material que exige projeto político, análise concreta e a coragem de enfrentar militarmente o império em seu próprio jogo

1.

Na recente 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas de 2025, os governos e forças populares do mundo inteiro viram-se provocados pelas corajosas declarações do presidente da Colômbia, Gustavo Petro (o primeiro estadista de esquerda na história do país), conclamando a organização de um Exército da Salvação Mundial capaz de enfrentar militarmente o Estado colonialista de Israel, e anunciando a convocação de brigadas civis colombianas para servir em Gaza, ombro a ombro com a resistência palestina.

Não o bastante, o próprio presidente voluntariou-se para liderar pessoalmente as missões internacionais na Faixa de Gaza e aproveitou sua ida aos Estados Unidos para marcar presença, com megafone em mãos, em um ato de solidariedade à Palestina nas ruas de Nova Iorque, agitando as massas de cidadãos estadunidenses a travarem a luta nas entranhas do monstro que alimenta e se alimenta do maior genocídio do século XXI.

Em um cálculo político ousado, que terminou por fazê-lo perder seu visto em território ianque, Gustavo Petro rompeu com a formulaica política de falas ponderadas, apelações morais, cortesias obrigatórias e condenações vazias que marcam a tônica dos encontros deliberativos das instituições multilaterais, fazendo-se presente inclusive nos discursos de importantes lideranças do Sul Global – como o caso do atual governo brasileiro –, que apesar de todo o peso simbólico de suas palavras, mostram-se incapazes de traduzir-se em ações concretas nem mesmo dentro das fronteiras dos seus próprios países.

Essa estratégia de jogar o jogo geopolítico utilizando-se de cartas descartadas – em geral, propositalmente – do baralho de possibilidades das esquerdas institucionais, como a mobilização popular, o internacionalismo anti-imperialista e a luta armada, de certo reflete a posição do governo de Gustavo Petro na atual conjuntura da luta de classes na Colômbia, com seu projeto de um reformismo radical contra as estruturas neoliberais profundamente cravadas na política e na economia do país por décadas de governos subservientes à burguesia associada aos interesses do capital estrangeiro.

Mas há mais que isso. Como notaram muitos analistas de política externa e mesmo páginas de *memes* comunistas na Internet, que comparavam fotos do presidente colombiano com as de Fidel Castro e Che Guevara discursando em outras Assembleias Gerais nos anos 1960, as declarações e ações de Gustavo Petro remetiam a uma tradição de internacionalismo proletário terceiro-mundista que, embora não tenha sido iniciada por Cuba, teve na política externa da Revolução Cubana durante a Guerra Fria algumas das mais célebres demonstrações de solidariedade Sul-Sul.

Esse artigo é dedicado ao mais belo, grandioso – e, todavia, ainda tão desconhecido – desses episódios: a epopeia trágico-

heroica da solidariedade cubana a Angola, oficialmente inaugurada pelo lançamento da Operação Carlota, há exatos 50 anos.

Para compreendermos a tradição em que Gustavo Petro busca se inserir e avaliarmos se, para além dos paralelismos históricos, ela é viável nas condições concretas da atual conjuntura, cabe antes uma digressão às razões, dilemas e marcos da presença cubana em Angola, para então tentarmos extrair lições universais dessa experiência tão singular.

2.

No dia 04 de novembro de 1975, os primeiros quatro aviões das Forças Especiais do Exército Revolucionário Cubano decolaram secretamente do Aeroporto José Martí, em Havana, com destino ao aeroporto de Luanda, capital angolana, ainda sob vigília dos administradores portugueses que estavam gradativamente retirando sua presença da antiga colônia, segundo a previsão de que Angola ficasse oficialmente independente dentro de uma semana, no dia 11 de novembro de 1975.

Era o resultado de duas décadas de uma aguerrida luta anticolonial que acelerou até mesmo a queda do fascismo salazarista, em Portugal, com a Revolução dos Cravos de 1974. A data para a independência fora estabelecida pelo Acordo de Alvor, assinado em janeiro daquele ano pelo governo português e pelas principais forças que disputavam os rumos do país dentro da correlação de forças da Guerra Fria: o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), de orientação marxista-leninista, liderado por Agostinho Neto e apoiado pela União Soviética e pela Iugoslávia; a Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA), liderada por Holden Roberto e apoiada pelos Estados Unidos, pelo Zaire e até mesmo pela China, então em conflito com os soviéticos; e a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Savimbi, e apoiada pelos Estados Unidos, pela África do Sul, então sob regime de *apartheid*, e por outras potências ocidentais como Inglaterra, França e Alemanha Ocidental.

A deliberação por um governo de transição composto por representantes de Portugal e de cada um dos movimentos de libertação, contudo, não durou mais de três meses, com a eclosão de uma guerra civil entre as organizações angolanas antes mesmo da retirada total da velha administração portuguesa.

Além disso, temendo a hegemonia político-militar do MPLA às vésperas da oficialização da independência, a África do Sul deu início, em agosto, a uma operação militar de invasão aberta ao território angolano, com o objetivo de depor o recém-instalado governo de Agostinho Neto e encerrar o seu apoio às forças políticas que lutavam tanto internamente contra o *apartheid*, como o Congresso Nacional Africano (CNA), quanto externamente contra a ocupação neocolonial sul-africana na Namíbia, em especial a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO).

A despeito da invasão ter sido questionada pela política externa estadunidense, que buscava manter o *détente* com o bloco socialista, a fim de aplacar a radicalização dos processos de descolonização na África e na Ásia, e se recuperar dos custos políticos, econômicos e militares da recente e desastrosa derrota na Guerra do Vietnã, o governo de Gerald Ford não teve outra escolha senão apoiar financeira e logisticamente a investida sul-africana, a fim de resguardar os interesses da burguesia norte-americana na região da África Austral.

O outro lado da Cortina de Ferro, no entanto, ainda tão preocupado com a bandeira – cada vez mais furada e retalhada – da coexistência pacífica, não ofereceu qualquer contrapeso à coalizão imperialista contra o MPLA, que embora contasse com maior apoio da população angolana, não tinha condições militares de travar um enfrentamento simultâneo à oposição armada interna e à invasão estrangeira. À Angola, restou somente a solidariedade de uma pequena ilha caribenha.

3.

A Operação Carlota foi a resposta a um apelo do próprio governo de Agostinho Neto, que desde agosto vinha recebendo auxílio de instrutores militares cubanos em quatro bases das Forças Armadas Populares pela Libertação de Angola (FAPLA),

subordinadas à direção política do MPLA, a fim de prepará-las para a iminente invasão da África do Sul, que agora, após os temores se confirmarem, tinha tropas marchando rumo a Luanda.

E o governo de Fidel Castro não poupou esforços para estender o braço do internacionalismo ao seu aliado do outro lado do Atlântico. Frente ao pedido de ajuda para fortalecer as linhas de defesa da capital angolana, o Comitê Central do Partido Comunista de Cuba reuniu-se rapidamente e, em menos de 24 horas, planejou a logística da operação, enviando uma tropa de 650 militares das Forças Especiais nos primeiros aviões, e convocando outros milhares de reservistas, homens e mulheres, de 17 a 25 anos, selecionados segundo sua aptidão física, treinamento militar e formação político-ideológica, para se alistarem voluntariamente nas missões que partiriam nas próximas semanas.

Ainda que toda a convocação tenha sido feita no sigilo, muitos civis cubanos, como relata o famoso conterrâneo de Gustavo Petro, Gabriel García Márquez, em um artigo publicado na revista *Tricontinental*, souberam dos rumores e se apresentaram aos Comitês Militares, ansiando cumprir com o dever internacionalista.

Durante nove meses, sem qualquer apoio da URSS, que de início se opôs à operação cubana, Cuba realizou uma complicada e custosa mobilização de recursos humanos e materiais, enviados a Angola nos defeituosos aviões Britannia, que tiveram que realizar voos três vezes mais longos, em viagens de ida e volta, ou em embarcações sobrecarregadas e improvisadas para transportar mais de mil passageiros de uma só vez, através de rotas marítimas constantemente vigiadas por submarinos estadunidenses.

Em fevereiro de 1976, estima-se que já havia mais de 12 mil cubanos em solo angolano, entre militares, técnicos e médicos de campanha. Nos primeiros meses de guerra, as perspectivas de vitória estavam distantes e nebulosas, com os cubanos tendo que enfrentar simultaneamente o enorme poder de fogo do exército sul-africano, abastecido por armamentos, alimentos e informações dos EUA e seus serviços de inteligência, e os batalhões de unidades da FNLA e da UNITA, que detinham maior conhecimento do território e controlavam rotas e províncias inteiras, facilitando a logística dos invasores – isso sem contar as constantes adversidades naturais das selvas angolanas, a frágil defesa aérea do MPLA e as frequentes discordâncias entre os generais cubanos e angolanos no delineamento das táticas militares.

Não obstante todos esses problemas, a resistência internacionalista vingou e, após sucessivas derrotas militares, as tropas sul-africanas, confrontadas pela convicção ideológica e pela maestria tática dos combatentes cubanos, iniciaram sua retirada em março de 1976.

Mas isso estava longe de significar o fim da guerra. Entre 1977 e 1980, os imbróglis nas negociações da independência da Namíbia, debatidos na Conferência de Turnahalle, em novembro de 1977, levaram a África do Sul a realizar novas incursões em território angolano, sob o pretexto de combater unidades da SWAPO: uma dessas operações resultaria no trágico episódio do “massacre de Cassinga”, quando os sul-africanos atacaram um campo de refugiados namibianos e somente foram expulsos após a retaliação de tropas cubanas.

Incursões militares ao Zaire de exilados katanguenses em Angola, que se opunham à ditadura de Mobutu, e passaram a ser apoiados pelas FAPLA (sem conhecimento dos generais cubanos), nas operações que ficaram conhecidas como Shaba I e Shaba II, também contribuíram para acirrar as tensões regionais na África Austral e a adiar cada vez mais o plano de retirada das tropas cubanas – algo que se mostrava tanto do interesse de Cuba, acometida pelos custos humanos e financeiros da presença em Angola, quanto, por vezes, do próprio governo angolano, pressionado pelos EUA a fazer com que a SWAPO aceitasse as condições da África do Sul para a independência da Namíbia.

O MPLA diversas vezes insistiu para que as unidades cubanas cooperassem também na resistência à FNLA e à UNITA, mas Fidel Castro era firme na decisão de que isso era responsabilidade das FAPLA e de que as tropas cubanas deveriam concentrar-se na defesa fronteiriça contra novas invasões estrangeiras.

a terra é redonda

Em março de 1979, aproveitando-se do recuo de tropas cubanas ao Sul de Angola (a pedido do governo angolano), a África do Sul, agora sob comando do sanguinário PW Botha avançou novamente sobre o território angolano e suspendeu as negociações de pacificação. Entre idas e vindas, quase meio milhão de cubanos serviriam em Angola até 1991 (o equivalente a 5% da população total de Cuba), iniciando sua retirada somente após a definitiva derrota sul-africana na Batalha de Cuito Cuanavale, ocorrida entre agosto de 1987 e março de 1988, que opôs frontalmente as tropas da UNITA e da África do Sul com os combatentes das FAPLA e os soldados das Força Armadas Revolucionárias cubanas.

Embora a guerra civil tenha se estendido, na prática, até 2002, a vitória sobre a África do Sul foi fundamental para desgastar o regime de *apartheid*, levando ao seu colapso total em 1994.

Não por acaso, Cuba foi primeiro país que Nelson Mandela visitou após ser libertado da prisão, em 1991, ocasião na qual afirmou que: “Não tem paralelo na história africana que um outro povo se eleve em defesa de um de nós. Nós sabemos também que esta foi uma ação popular em Cuba. Sabemos que aqueles que lutaram e morreram em Angola foram apenas uma pequena proporção dos que se apresentaram como voluntários. Para o povo cubano, o internacionalismo não é só uma palavra, mas é algo que deve ser praticado para o benefício de amplos setores da humanidade”.

A fim de que, frente aos desafios da luta anti-imperialista no século XXI e à tragédia do genocídio palestino, nosso internacionalismo não seja apenas uma palavra, mas possa também traduzir-se em prática, listo brevemente cinco lições da experiência cubana na libertação de Angola que, ao meu ver, permitem ser universalizadas e aplicadas.

As tarefas dos povos na atual cena da luta de classes internacional: (i) É necessário reconstituir um projeto político anti-imperialista em nível global. A Operação Carlota não foi um “raio em céu azul”, como diria Marx, mas bebeu do caudal histórico de solidariedade internacionalista do marxismo-leninismo e da política externa terceiro-mundista da Revolução Cubana, reivindicando a experiência da Internacional Comunista na organização de brigadas mundiais de solidariedade às forças republicanas no contexto da Guerra Civil Espanhola, bem como à resistência da Etiópia à ocupação da Itália fascista, entre 1935 e 1941, para disputar os rumos do Terceiro Mundo, um projeto político – para usar a definição de Vijay Prashad, que buscava autonomia frente à bipolaridade da Guerra Fria, mas foi caracterizado por uma heterogeneidade de concepções teóricas, estratégias e alianças de classe.

Enquanto um importante ator do Movimento dos Não Alinhados, a mais importante das plataformas terceiro-mundistas, Cuba buscou superar esses limites ao aproximar o Terceiro Mundo do bloco socialista, mesmo que em tom crítico à política de coexistência pacífica defendida pela URSS, dentro da defesa uma estratégia de luta armada anti-imperialista orientada ao socialismo, que foi apresentada na Conferência Tricontinental de Havana, em 1966.

Foi a partir desses princípios que, ao longo de toda a década de 1960, Cuba encampou missões civis e militares não apenas em diversos países da América Latina (como Argentina e Bolívia), mas também da África (como Argélia, Congo e Guiné-Bissau). Nem todas elas foram bem-sucedidas, mas seus acúmulos foram fundamentais para o desenvolvimento das operações em larga escala em Angola nas décadas de 1970 e 1980.

Sem a existência do movimento terceiro-mundista e da retaguarda estratégica representada pela URSS (que embora tenha se oposto inicialmente à decisão de Fidel, mais tarde deu apoio logístico indispensável à continuidade da presença cubana), a vitória cubana em Angola teria sido impossível.

Hoje, não temos nenhuma das duas condições: a solidariedade entre os países reunidos sob o vago conceito de “Sul Global” permanece restrita a alguns acordos comerciais e financeiros, descolados de qualquer conteúdo de classe ou enfrentamento político ao sistema imperialista, ao passo que a “contra-hegemonia” oferecida pela aliança China-Rússia está longe de representar, pelos seus próprios limites de classe, um aporte estratégico à luta revolucionária nos países de formação social colonial, semicolonial e dependente.

Mas isso é passível de mudança: se as condições não estão dadas, devemos criá-las. Um novo projeto terceiro-mundista e

uma nova retaguarda estratégica serão resultados naturais de um novo ciclo de ascenso da luta de classes no plano internacional.

5.

(ii) O internacionalismo não significa aventureirismo: Como bem argumenta Piero Gleijeses, um dos maiores especialistas na solidariedade Cuba-África durante a Guerra Fria, a experiência das missões cubanas em solo africano, embora certamente guiadas por um inegável (e necessário) grau de idealismo revolucionário, estiveram totalmente integradas à estratégia política da Revolução Cubana para o Terceiro Mundo. Compreendendo o continente africano como um dos principais palcos da luta de classes internacional, com a proliferação de frentes de libertação nacional e de organizações anticoloniais em diversos países, o Partido Comunista Cubano buscava fortalecer a resistência anti-imperialista e desgastar a hegemonia estadunidense em um terreno mais favorável do que aquele imposto pelo quadro de isolamento regional na América Latina, acossada por ditaduras militares alinhadas aos interesses capitalistas, e pela proximidade geográfica com os EUA.

Ao inserir-se nos processos de luta anticolonial na África e estreitar laços com partidos e governos africanos, Cuba buscava fortalecer a defesa de sua própria revolução, criando brechas no bloqueio imperialista, além de pressionar o próprio bloco socialista a tomar uma postura mais afirmativa no apoio às revoluções no Terceiro Mundo.

Evidentemente, esse vanguardismo na política externa também era condicionado ao grau da luta de classes nos países de cada um dos lados do Atlântico: Cuba já havia passado por uma revolução política em 1959 e, em 1975, já estava avançada no processo de transição socialista, com soberania nacional consolidada e um alto nível de consciência ideológica entre seu povo; enquanto Angola já vinha de duas décadas de luta anticolonial, liderada por um partido de massas que, a despeito de todas as suas fragilidades internas, também buscava orientação marxista-leninista (fragilizada após a morte de Agostinho Neto, em 1979, e abandonada completamente após a derrocada do bloco socialista, em 1991).

Sem uma estratégia política de longo prazo, materializada em pontes entre organizações e Estados comprometidos com a causa anti-imperialista, com a devida análise da correlação de forças e das condições objetivas e subjetivas em cada conjuntura, qualquer aventura internacionalista está fadada ao fracasso. Que essas precauções sejam tomadas caso os bravos colombianos de fato venham a se lançar em missões na Faixa de Gaza.

6.

(iii) As alianças regionais são indispensáveis: A guerra civil angolana foi também um conflito regional africano, inserido nas dinâmicas globais da Guerra Fria, mas certamente não reduzido à disputa bipolar entre os EUA e a URSS.

Não apenas as incursões sul-africanas foram motivadas por interesses na manutenção do controle sobre o processo de independência da Namíbia, e apoiadas por atores regionais alinhados ao sistema imperialista, como o Zaire e a Rodésia; mas também, do outro lado, as operações cubanas junto ao MPLA foram viabilizadas pelo constante apoio logístico e pela troca de informações com organizações anticoloniais de países vizinhos, como a SWAPO e o CNA, e com Estados africanos aliados, como a Argélia, a Etiópia e o Congo. Nesse sentido, a proposta de um Exército da Salvação Mundial para combater a ocupação sionista, embora certamente louvável, só será efetiva se for construída em colaboração com as Forças Armadas de Estados árabes antissionistas, como Irã e Líbano, em uma aliança militar regional indispensável para imprimir uma derrota efetiva ao Estado de Israel, assim como a Aliança dos Estados do Sahel, na África Ocidental, vem imprimindo derrotas ao neocolonialismo francês.

(iv) A questão militar é parte incontornável da luta política. Somente a estratégia política e as alianças regionais, contudo, não são suficientes para sustentar um enfrentamento direto ao sistema imperialista. A escolha da tática militar, subordinada à estratégia política, deve ser adequada às condições históricas, sociais, econômicas e geográficas de cada cenário - o que passa também tanto pela avaliação da capacidade bélica do inimigo e de suas principais fragilidades,

quanto de todas as questões que atravessam a política da guerra, como desenvolvimento da indústria de defesa, conhecimento de terreno, treinamento das tropas, engajamento da população, espionagem e fluxo de informações etc.

Durante toda a sua presença em Angola, os cubanos foram hábeis em saber onde dispor suas tropas, quais frentes e setores deveriam ser priorizados, bem como os momentos corretos para avançar, realocar as posições ou mesmo recuar.

E isso porque estavam munidos de um grande acúmulo na teoria militar revolucionária, desenvolvida desde os tempos da guerra de guerrilhas contra a ditadura de Fulgencio Batista, passando pela experiência fracassada das missões lideradas por Che Guevara no Congo e na Bolívia, entre 1965 e 1967, até o engajamento aberto das tropas cubanas em conflitos internacionais como a Guerra das Areias entre Argélia e Marrocos, em 1963, e a Guerra de Ogadênia, entre Etiópia e Somália, em 1977.

A decisão de concentrar as unidades cubanas na defesa das fronteiras angolanas contra possíveis invasões da África do Sul, priorizando uma guerra regular, muitas vezes questionada pelos generais das FAPLA, que queriam apoio na guerra de tipo não convencional contra a FNLA e a UNITA, mostrou-se acertada. Assim, enquanto as esquerdas não atentaram para a centralidade da questão militar no delineamento de suas táticas e estratégias políticas, inclusive nas causas internacionalistas, ainda estaremos presos ao jardim de infância da luta de classes.

O Hamas lidera a resistência palestina porque tem legitimidade política, e tem legitimidade política porque domina as táticas militares e é capaz de oferecer algum grau de defesa contra os exércitos israelenses. O sionismo, assim como *apartheid* sul-africano, só será derrotado pela combinação entre pressão popular e enfrentamento bélico.

7.

(v) As contradições raciais devem ser incorporadas ao programa anti-imperialista. A pauta antirracista foi um dos elementos centrais do discurso mobilizado pelo governo revolucionário cubano para legitimar a Operação Carlota e a campanha em Angola. Fidel Castro reivindicava o “sangue latino-africano” do povo cubano e o passado escravista do país para afirmar a “dívida histórica” que Cuba tinha a pagar com o continente africano, engajando-se não apenas na libertação de Angola, mas também com aquela que era vista como a “causa mais bela” do pós-Segunda Guerra Mundial: a luta contra o *apartheid* na África do Sul, que buscava se alastrar para outros países da África Austral.

De fato, essas concepções já estavam presentes desde a escolha do nome da operação: Carlota Lucumí foi uma africana de origem ioruba que liderou, em 1844, uma importante revolta de escravizados contra o poder colonial espanhol em Cuba. Embora, inegavelmente, a presença cubana tenha contribuído para desestabilizar o *apartheid*, o papel da identidade negra na solidariedade terceiro-mundista e pan-africana a Angola e aos povos africanos, acabou sendo ofuscado pelos limites do socialismo cubano no que tange ao debate sobre a questão racial dentro das próprias fronteiras da ilha.

O discurso de que o socialismo havia eliminado completamente o racismo, o qual sobrevivia apenas como resíduos atitudinais do passado burguês de Cuba, terminou não apenas por atravancar uma “revolução cultural negra” contra as profundas superestruturas ideológicas do racismo na consciência social cubana, como também limitou as potencialidades da política externa terceiro-mundista para unir a luta anti-imperialista e socialista com as resistências dos diversos povos do Terceiro Mundo (incluindo cidadãos dos países centrais do capitalismo) a uma lógica racista que continuava a servir aos interesses do imperialismo.

Ainda que as campanhas em Angola tenham abalado as políticas raciais da Revolução Cubana, dando maior visibilidade para a discussão racial no país, fato é que formulações muito avançadas como aquelas apresentadas, na década de 1960, pelo Partido dos Panteras Negras ou mesmo pelo projeto “tricontinentalista” (para usar o conceito de Anne Garland Mahler), que reivindicavam o potencial universal da tradição radical negra e caribenha surgida na Revolução Haitiana de 1791, não foram aplicadas integralmente à agenda da Operação Carlota. Para a “causa mais bela” do século XXI – a libertação nacional do povo palestino –, a questão racial deve estar constantemente em evidência, de modo a sensibilizar as

a terra é redonda

populações negras, amarelas, marrons e indígenas do mundo todo de que a luta antirracista é uma batalha necessariamente transnacional e universal contra as variadas expressões de um mesmo sistema de dominação, intimamente associado ao capitalismo em sua fase imperialista.

Formulações binárias e essencialistas como aquelas do chamado “afropessimismo”, que reduzem a raça à cor da pele, negam as razões materiais da discriminação racial e substituem o conceito de racismo por uma vaga noção de “antinegitude” devem ser rejeitadas e isoladas como mistificações reacionárias e identitárias que em nada servem à libertação dos povos.

Encerro com uma lição adicional, que deveria ser um tanto quanto óbvia: não nos esqueçamos que a Operação Carlota e a solidariedade a Angola nunca teriam sido possíveis se o povo cubano, em armas, não tivesse tomado o poder da burguesia oligárquica e entreguista em 1959.

Do mesmo modo, as “brigadas internacionais” e o “Exército da Salvação Mundial” de Gustavo Petro não serão efetivados se a esquerda reformista colombiana, embora muito avançada quando comparada a outras experiências reformistas da América Latina, não avançar do governo para um projeto de pleno poder político. Há um outro país latino-americano que consolidou, de fato, uma forma avançada de poder popular, inclusive com controle das Forças Armadas, e que em muito poderia contribuir com a iniciativa de Gustavo Petro, mas que hoje se vê cercado por porta-aviões estadunidenses e por diversas operações de desestabilização interna orquestradas pela CIA.

Infelizmente, a bandeira anti-imperialista do campo progressista parece escolher o mastro em que deve ser erguida, sem perceber que o vento que sopra é o mesmo em todas as direções, da Venezuela à Palestina. E pior: pisando em falso em um terreno que não é seu, não sabe nem onde fincar o mastro. Oxalá tenhamos a mesma celeridade e resiliência dos pilotos cubanos que há 50 anos cruzaram o Atlântico em aviões defeituosos, para que redescubramos a nossa tarefa primordial na causa internacional do proletariado: fazer a revolução em nosso próprio país.

Até lá, voaremos sem rumo, enquanto o combustível durar, portando faixas com belos e coloridos dizeres internacionalistas.

***Pedro Emmanuel** é mestrando em história na Unicamp.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA